

Na Europa, "um claro sinal de que iniciativa volta para os bancos"

por Tom Camargo
de Londres

A decisão do Citicorp de aumentar de US\$ 2 bilhões para US\$ 5 bilhões suas provisões relativas à dívida do Terceiro Mundo, foi entendida na Europa, e por bancos japoneses que operam em Londres, como um "claro sinal de que a iniciativa está de novo com os bancos", como disse um economista do banco de investimento do grupo Barclays.

A possibilidade de que outros grandes bancos americanos, como o Manufacturers Hanover, venham a seguir o exemplo, reforça para diversos banqueiros da City a impressão de que os norte-americanos tinham sido pouco rigorosos, até agora, em prover proteção para a crise da dívida soberana, enquanto a maioria dos europeus e os japoneses já tinham montado, a partir de 1983, um bom esquema de proteção.

Outras unanimidades também puderam ser registradas entre meia dúzia de credores brasileiros ouvidos por este jornal.

A primeira delas é que o aumento das reservas do Citi de US\$ 2 bilhões para US\$ 5 bilhões, representando 3,7% de seus empréstimos totais, não representa a disposição de, por exemplo, colocar como créditos em liquidação certas contas pendentes, como a dos juros brasileiros, cujo pagamento foi suspenso em fevereiro passado.

Tratar-se-ia do oposto: "Os americanos estão desencostando a pistola que lhes tinham colocado na têmpora", disse a este jor-

nal um banqueiro norte-americano que trabalha para uma instituição britânica.

Para ele, o Citi estaria agora numa posição muito mais confortável para negociar com seus devedores, "tirando a emotividade dos processos de renegociação".

"Se eu tivesse dinheiro", disse esse mesmo banqueiro, "teria mandado meu corretor comprar hoje ações do Citi. Eles limpam seu balanço com uma decisão corajosa."

Ao mesmo tempo que concordam que quem tinha de ver a crise da dívida refletida em seu balanço já

atravessou o pior do processo, todos os entrevistados indicam que "algum grau de endurecimento será registrado daqui para a frente (...). O Brasil, devido à moratória, será o primeiro a sentir isso", como disse um banqueiro inglês.

Todos indistintamente acenam com uma nova era de "administração da dívida", com pacotes sob medida para cada devedor, baseados num cardápio extenso de novas modalidades de refinanciamento, algumas já em prática, outras a serem experimentadas, outras ainda na prancheta.

Como o Citicorp deixou claro que pretende envolver-se, com empenho, em esquemas de conversão de dívida por investimento, vendas de título da dívida no mercado secundário, com deslize sobre o valor de face e outras inovações, a estação de "renegociação inventiva" está instalada.

Ela compreende, como peça central, os programas de conversão de dívida por ações (investimento direto), como já fazem, oficialmente, o México, o Chile, a Venezuela e a Argentina, com graus muito variáveis de sucesso. O Brasil, por enquanto, tem autorizado apenas conversões relacionadas com o principal já vencido, isto é, não transformou o programa de conversões numa parte do reescalamento global de sua dívida externa.

Outras peças importantes são as transferências de empréstimos, mediante a cobrança de uma taxa, para outros devedores dentro do mesmo país ('on-lending'), os "bônus de retirada" concebidos pelos argentinos (pequenos credores poderiam ter seus créditos convertidos em bônus do país devedor resgatáveis num prazo mínimo

de oito a dez anos) e o aumento de financiamentos comerciais, entre outras idéias.

Qualquer que seja a opção, as coisas ficarão mais difíceis para nós", disse um banqueiro brasileiro estabelecido em Londres. "Eles (os credores) é que vão determinar o tempo e a hora."

Apesar de John Reed, o "chairman" do Citicorp, ter registrado que as mudanças não implicarão, necessariamente, a suspensão de novos créditos, voluntários, para os países endividados, há pouco otimismo quanto à concessão de novos empréstimos.

Disse um economista do Banco de Tóquio em Londres: "Os bancos estão fazendo sua parte e acredito que só voltarão a apresentar dinheiro novo dentro de esquemas que envolvam o governo e a participação de organismos como o Banco Mundial."